



INVESTIGAÇÃO

Aposentados vão ser ressarcidos, diz governo

INSS anuncia que recursos descontados ilegalmente serão restituídos integralmente. CGU suspende acordos com sindicatos

» FERNANDA STRICKLAND
» VICTOR CORREIA
» VANILSON OLIVEIRA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Victor Correia/CB/D.A. Press



O ministro Vinicius Carvalho falou em "reorganizar o sistema para torná-lo hígido" e "proteger aposentados brasileiros"

A diretora de Orçamentos, Finanças e Logística do INSS, Débora Floriano, afirmou que aposentados e pensionistas prejudicados com a cobrança indevida de valores nos benefícios serão ressarcidos integralmente. Também ontem, a Controladoria-Geral da União (CGU) anunciou a suspensão de todos os acordos de cooperação técnica com sindicatos, em meio à investigação sobre o esquema de descontos ilegais, que levou à demissão do presidente da autarquia, Alessandro Stefanutto.

De acordo com Débora Floriano, o INSS está trabalhando em um plano para garantir a devolução dos valores. "Nós traremos, oportunamente, um plano onde serão tratadas todas as informações. Para, em seguida, em uma força-tarefa conjunta, promovermos o integral ressarcimento dos valores irregularmente descontados dos nossos segurados", disse, em coletiva de imprensa no Palácio do Planalto.

Ela enfatizou que os beneficiários não precisam buscar as agências. "O INSS dará todo o suporte para os nossos segurados para tirar as suas dúvidas. Mas, neste momento, os descontos estão suspensos. Não é necessário que os nossos beneficiários recorram imediatamente às agências. Os nossos canais principais são a central 135 (telefone) e o aplicativo", destacou. Segundo Débora, ainda não há como saber quantos aposentados foram afetados pelas fraudes.

Já a CGU ressaltou que as parcelas eventualmente já lançadas em abril não serão repassadas às entidades e, sim, devolvidas aos beneficiários no pagamento seguinte.

O governo também decidiu suspender de forma imediata todos os descontos realizados por entidades, como sindicatos e associações, diretamente nas folhas de pagamento dos beneficiários.

A decisão de suspender foi comunicada pelo ministro da CGU, Vinicius Marques de Carvalho,

durante entrevista coletiva.

Segundo Carvalho, os descontos serão interrompidos já nos contracheques de maio. "Essa suspensão vai viabilizar, em primeiro lugar, que os recursos que iriam para as associações, neste mês de maio, já não vão para as associações. Vão

ser retidos e, na próxima folha de pagamento, serão restituídos aos aposentados", afirmou.

De acordo com os dados preliminares apurados pela CGU e pelo INSS, os valores subtraídos dos segurados, desde 2019, somam R\$ 6,3 bilhões. No entanto, ainda não se sabe quanto desse

documentação necessária à entidade.

Como ocorria a fraude?

Sem o conhecimento das vítimas, ou com a informação equivocada de que se tratava de procedimento obrigatório, valores eram descontados na forma de mensalidades para entidades. Foram entrevistados 1,3 mil beneficiários que tinham descontos em folha, e 97,6% não haviam autorizado o desconto.

Como foi a operação?

Na quarta-feira, cerca de 700 agentes da PF e 80 servidores da CGU cumpriram 211 mandados judiciais de busca e apreensão, ordens de sequestro de bens no valor de mais

de R\$ 1 bilhão e seis mandados de prisão temporária no Distrito Federal e em 13 estados.

Quantas entidades são investigadas pela PF?

Segundo auditoria da CGU, 11 entidades associativas foram alvo de medidas judiciais, desde 2023, quando a Controladoria deu início a uma série de apurações sobre o aumento das entidades e dos valores descontados.

Por que membros do INSS, incluindo o presidente, foram afastados?

Segundo o diretor-geral da PF, não houve medidas efetivas do INSS para coibir as fraudes. "O afastamento foi solicitado pela PF, durante inquérito instaurado em junho de 2024 (...)."

entidades", reforçou o ministro.

O plano completo de devolução ainda não tem data para ser apresentado, mas a promessa é de que todas as vítimas serão contempladas. "A partir de agora, nenhum aposentado será descontado da sua folha", garantiu o ministro da CGU.

Auxílio de servidores

» MAIARA MARINHO

A Controladoria-Geral da União (CGU) encontrou indícios de irregularidades em recebimento de auxílio por servidores públicos. A auditoria analisou informações de 2023 sobre pagamentos de auxílio-saúde feitos pelo governo federal e identificou, por intermédio de cruzamento de dados, que 12.691 servidores de 121 órgãos recebiam o valor por terem cadastrado pais como dependentes, o que é proibido pelas normas que regulam o benefício.

O órgão afirmou em relatório que o trabalho foi motivado pelo volume de recursos envolvidos nos pagamentos do benefício de assistência à saúde suplementar, de R\$ 42,5 milhões em dezembro de 2023, o que poderia indicar indícios de "percepção indevida de per capita em razão de os pais estarem cadastrados como dependentes de assistência à saúde suplementar".

A auditoria identificou que a falta de orientação e a divulgação insuficiente sobre as regras para acesso ao benefício, a fragilidade no controle dos sistemas de assistência à saúde, a baixa transparência e as irregularidades no cadastro de beneficiários são alguns dos motivos que explicam os resultados encontrados.

A equipe responsável pela auditoria indicou que o primeiro mês para o monitoramento das recomendações feitas no relatório será dezembro de 2025. Também ressaltou que o planejamento das ações e das formas de execução das recomendações da CGU deve ser proposto para o esboço de 2026 da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Pedido de CPI na Câmara; Senado quer ouvir Lupi

Antonio Cruz/Agência Brasil



Lupi deve ser chamado a explicar escândalo, a pedido de senador

» FERNANDA STRICKLAND
» VANILSON OLIVEIRA

A oposição na Câmara se movimentou para protocolar um pedido de instalação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) com o objetivo de investigar o escândalo de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O deputado federal Coronel Chrisóstomo (PL-RO), à frente da mobilização, afirmou que o rombo pode ter sido superior aos R\$ 6,3 bilhões divulgados.

"Estamos falando de dinheiro que era para aposentados, pensionistas, pessoas com deficiência, os mais vulneráveis. É um absurdo que isso tenha acontecido", frisou.

Segundo Chrisóstomo, o requerimento de abertura da CPI já conta com mais de 70 assinaturas, das 171 necessárias para

ser protocolado. "Quero alcançar mais de 200 assinaturas. A indignação é grande, e isso está acelerando o processo", disse.

Ele ressaltou que pretende buscar o apoio do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para garantir o andamento da comissão. "Vou procurá-lo já na próxima semana, assim que eu chegar a Brasília. A partir daí, comecei também a buscar informações com a CGU, o TCU e a própria Polícia Federal."

No Senado, o presidente da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle (CTFC), Dr. Hiran (PP-RR), apresentou requerimento pedindo a presença do ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, para prestar esclarecimentos sobre o escândalo, que culminou na demissão do presidente da autarquia, Alessandro Stefanutto.

Segundo o senador, há falhas evidentes nos mecanismos de controle do próprio INSS e indícios do envolvimento direto de servidores da autarquia na manutenção do esquema. Como Stefanutto foi indicação de Lupi, o parlamentar ressaltou ser necessário ouvi-lo.

"Diante da gravidade dos fatos, do vultoso prejuízo estimado aos aposentados e da responsabilidade administrativa sobre os atos praticados, é imprescindível que o ministro venha a essa comissão esclarecer o que sabia, o que fez e o que pretende fazer", diz um trecho do requerimento.

Projeto de lei

Em outra ofensiva articulada pela oposição, o deputado federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP) apresentou o

Projeto de Lei nº 1813/2025, que pretende restringir a atuação de entidades sindicais na aplicação de descontos automáticos em benefícios previdenciários.

A medida recebeu o apoio imediato de ao menos 17 deputados, que assinaram como coautores da proposta. De acordo com o texto, os beneficiários não ficam impedidos de contribuir com associações ou entidades de classe, contudo estabelece que os repasses sejam feitos por meio de pagamento direto, e não mais por descontos automáticos em seus benefícios previdenciários.

O projeto altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social, e acaba com o que o parlamentar chama de "corrupção institucionalizada sobre os mais vulneráveis".